				CONTRIBUIÇÕES D	A CONSULTA PÚBLICA		AVALIAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA				
Numeração	Carimbo de	CPF (ex: 000.000.000-00)	Selecione a legislação à qual sua		Qual sua sugestão para uma nova redação ou contribuição?	Apresente a justificativa da proposta, se considerar pertinente.	○ PARECER COMISSÃO PEDIDO RESIMIDO DA CONTRIBUIÇÃO POPULAR CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA				
1	data/hora 26/02/2025 11:23:29	032.X00X.X00X-03	contribuição se refere. Lei Complementar nº 707/2021	contribução (ex.: Art. 46 e Art. 55) 13, 38, 41, 46, 51, 74, 75, 76, 77, 78,	No artigo 13, sugerimos a alteração para validade do alvará declaratório para tezamica e sessenta e cisio das. Nos artigos 38, 46, 51, 74, 75, 76, 77 competente. No artigo 41 sugerimos a inclusão de edificações comercias de balso impacto (pal 250m?).	Sobre a alteração da validade do alvará declaratório, entendemos que os cento e obtenta días são um prazo excessivamente curto, que nome o sistema manicipal com um processo sem resthuma efficicia e que na perdica rida organ entenham gor o cuclador actionate. Sobre a restriada da expressão d'entreda de assilias efectivas competente. Sobre a restriada da expressão d'entreda de assilias efectivas competente los de expressão de expressão deminado estador a los desentadores de expressão de expressão de expressão de los desentadores de expressão de expressão de los de normanicipio e fundamentados em leis e normas. Cita-se aindisu ma declarad ámação de per podescionas legislamente abilidados ex- ecutados de los desentados de los de declarados de los desentados de los de podes de los desentados de los de declarados de los delas de los delas de competidos de los delas de declarados de los delas delas delas delas delas delas delas del los delas delas delas delas del del los delas delas del del los delas del del los delegas del del los delegas del del los delas del del los del del del los del del los del del los del del los del del los del del los del del del los del del del los del del del los del del del del del los del del del del del del del del	ACEITO COM RESSALVAS	- Aumentar a validade do alvará declaratório para 365 días. Referar a expressão "derivada de análise técnica competente" dos artipos 38, 45, 51, 74, 73, 76, 77 e 78 dos 1.577 días de 1.577 días días de 1.577 días días de 1.577 días días de 1.577 días de 1.577 días días días días días días días días	- Foi proposta nova reducijo prevista no Art. 28 da Minuta elaborada prist Comussão. - A reducijo foi ajustida para definir os agentes competentes conforme o casa. - O propeto simplificado não ficou limitado ao unifamiliar, foi previsto pos será regulamentado, conforme Art. 53 §3* da Minuta elaborado pela Comussão.	A sugestió de ampliação da validade do alvante declaratório foi acetada por promover maio previbilidade se esquarea, junidos estando començamento per estando contemporar de la començamento contemporar de la començamento de la començamento Causar lo sugressió de expressió ferindad de mallate fendra competenta, a comissió entendes que el termo grava ambiguidade e poderás compomente a objetividade da comma. A competente para analiza, conforme a naturaca de cada procedimento — seja o responsave técnico, orgân municipal ou entidade desiguado.	
2	26/02/2025 17:09:13	094.3004.3004.56	Lei Complementar nº 707/2021	Seção I-A Da Advertência e infração	Entende-se que a lei vem para ajudar essas edificações irregulares que não possuem apriovação de projeto, porezer o valor da mutala loge e um grande inspecido na foras do proprietario regularistar o timovel.	farmácia, uma imobiliária ou um minimercado, por exemplo), elas nao parecem demandar restirições edificias que sugiram análise pormenorizada. Redução da multa que é gerada por metro cub/ - tendo envista o tipo de edificação.	ACEITO COM RESSALVAS: (PARA PROVIDÊNCIAS)	- Redução dos valores de multa por CUB/m³/SC, considerando o tipo de edificação, para regularização de edificações. - Considerar edificações (cobrados) com unidades	- A contribuição apresentou aspectos vinculados à LC nº 37.4/2010, que testa de regularização de edificações, e rado interga o excepce de presente revisão do Edificações, e rado interga o excepce de presente revisão do Edigo de Otras, a minuta jos entermada a presido a devirtencia, resultado Desa, a minuta jos entermada paresidos de advertencia, central regulamentação futura. - Resonancia-4 a que a Conselho Escución interna e Balantes do Prefitiro quante ao predido de revisisáryemorgação da LC nº 37.4/2010, a ser availado por meio de comissão específica. - A proposta foi analisada, poriem não pode ser acorbida, pois	proposto, optio-se por não vincular esse critério destamente à let, de moda a pesmit fabilidades na sus appliamentação conforme de moda o pesmit fabilidades na sus appliamentação conforme de Art. 16 % e a minuta. A contribuição tenta de applicar placificação de presentação de destanções a palicação de samções a minutarios de confiderações e a aplicação de samções administrativame a forbam do Codiga de Otras e de Maria de Computação de confiderações e a aplicação de samções a minutarios de Codiga de Computações de Actual de Computações de Individações de Computações de Computações de Computações de Individações de Computações de Computações de Individações de	
3	26/02/2025 18:51:05	041.XXXXXXX880	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	Art. 104 da Lei Complementar n. 482/2014 modificada pela Lei Complementar n. 792/2022 . 793/2022 . 105/2023 .	Considerar edificações (cobrados) como residencial unifamiliar, pois pouzo olfree das gerninodas de ad 2 Unidades serem residencia unifamiliar,	Minha residincia dietrio de um condominio de 02 parimentos considero unifamiliar, o fato de uma luje sobrepondo os dios pisos não caracteriza multifamiliar.	NÃO ÁCETO	sobrepostas como residéncias unifamiliares, mesmo havendo duas unidades no lote.	contains a definição de residência unifamiliar prevista no Plano finiter vigente (2010 e 104 de 104 de 102 de 104	residência unifamilia. Conforme Art. 102 à 10 nº 45/2014, uniformatique de la companie del la companie de la companie del la companie de la companie del la comp	
4	26/02/2025 20:23:34	417.XXXXXXXX	Lei Complementar nº 707/2021	Artigos 33, 34 e 35 Todas estás obrigatoridades de regulatração não se christoridades de regulatração não se christoridades de regulatração não se metados antes desta la este priomágada. Já que desta forma as propriedades não externa cono continua ser inhabitadas, e isto externa cono coloridades não desta mismo des inhabitadas, e isto mais caballados de considerados mismos externados externados não desta mais caballados de como capados de com	As propriedades construídas antes da cruacao desta lei devem ser regularizadas e recebe habite-se, ji que pelo tempo de construção não poderão se adequar a regras que não existam na sua construção.	Todas as pessoas mondoras de Floriandpolas e proprietários de residências regulares ou não construidas antes desta lei, não podem perder o direito ao que ja tem es mis mon odres de regularização da mondad como ele está instituida maño antes da lei sem prejutiro a seu direito de mostada. Visto que instituida maño antes da lei sem prejutiro a seu direito de mostada. Visto que innóveis de feita para quem pode pagar.	NÃO SE APLICA A SEVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS: PASA PROVIDÊNCIAS:	- Perrogar o prazo para regularização de edificações regulares calcitentes estateres on amusição de Floriampolais, previsto na LC nº 374/2010.	- A proposta não se aginca a revisão do Código de Obras, pois tatas da Lor "37/4700", cui ca competinica set fora do escopo desta Comissão. - Distrete da relevanda social do tema, recomenda- se que o Conselho Escoutivo Informe o Cabinete do Prefetio quanto ao pedido de revisida prompegado da Lor "37/4/2010", a ser availado por mate de comissão específica.	No que se refere à Le Compliement en ° 374/2010, à Comission ciclerace; que su maissi no le objeto dest comulat publica. Le Le Compliement en ° 70/7/2011 papessa alterau o prazo para Le Compliement en ° 70/7/2011 papessa alterau o prazo para tregularre a ciclarieria, por morisida cil (c. 67 ° 34/2010), que regularre a ciclarieria, por morisida cil (c. 67 ° 34/2010), que propos dere ser ensistante por comissa de proposto disente para deve ser ensistante por comissa de proposto disente de demoda social por regulatricação fundadas e editica. Appara deso, promopalar capa fundadas e editica, andequam as normas entre esta esta entre a comissão recomenda que o Conselho Escutivo informe o Calabriera do precomenda que o Conselho Escutivo informe o Calabriera do precio entre conselho Escutivo informe o Calabriera do precionada de conselho de propositivo de la conselho de propositivo de propositiv	
5	27/02/2025 09:06:58	075.3004.3004.10	Lei Complementar nº 767/2021	Othe estes artigos sobre a regularização: Art. 36, Dart. 1-16, a Complementar v. 27.4, 66 021 (10.2 to prosperentar v. 27.4, 67 (10.2 to prosperentar v. 27.4, 6	E que qualquer modificação na situação das construções anteriores deve- ser informada stavet do PTN a todos ou propriedirez O que não ocoreu, ja celetro o passo pará a regularização, miemo das posseriores a 3020.	Não se deve criar leis e multas, sem que tenham vindo aviso sobre a troca de qualque informaçõe a la para se mosafores. Issos e um abuso de poder de greeno com o mosafor, algo não questidostes.	NÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS: PARA PROVIDÊNCIAS:	proprietários de inviveis sobre qualquer molificação na legitação unitariaca co editica no que edite a sua sua sua como como como como como a la egulatização de edificações.	 -Recomméd-se que o Conseible Executivo informe o Gabinete do Prefetito e a Secretaria específica, quanto a contribuição popular. 	A proposal stata da forma como a Administração Publicia deve comunicaria latenção legisa ao amunicipae, especialimente no que da respelha prazos e possibilidades de respulsaração de comunicaria latenção para possibilidades de respulsaração de seu comunicação ao tento comunidades a perime formação a transportação ao seu comunicação ao des forma distributação ao esta comunicação ao des de forma distributação legis para que aces ao comunicação ao de de forma distributação legis para que aces ao comunicação ao de de forma distributação por máis de carel do IFIU ou substitutação de forma distributação por máis de carel do IFIU ou substitutação de forma de carel de policitação desida de primas de las desidades de forma de carel policitação desida de primas de las desidades de forma de carel de policitação desida de primas de las desidades de forma de las desidades de comunicação institucional.	
6	27/02/2025 15:28:17	041.300C300C43	Código de Obres e Edificações (LC nº 60/2000), Lei Complementar nº 707/2021	Art. 33, Art. 34 e Art. 35	Regularização das construções irregulares e clandestinas existentes no municipo de Ficianologia, são adas de 31 de Exercito de 2024, poderes no municipo de Ficianologia, são adas de 31 de Exercito de 2024, poderes para para para para para para para par	Há, ama grande demanda de mondores/propriederos bascando a puede indemanda de mondores/propriederos bascando a puede labade de empulso a dos dese en presenta que de labade de demanda de condecimiento da lei ou por questides franceriase, e almelho por terem que realizar nova obra para instatlação do sistema de tratamento local de espois, que atenda a rova NBR 170°6-2024, pois a vigilarica sametaria não aprova de cedra forma.	NÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS I PARA PROVIDÊNCIAS:	- Perorgan o prazo para regularização de edificações regulares calcitentes escientem os municípios de Pionismópolis, previsto na LC nº 374/2010.	 A proposta não se aplica à revisão do Código de Obras, pois tante da L Dr "37/100", cui a competinica set fora do econo cienta Comissão. Distinte da relevância social do tema, recomenda-se que o Conselho Esecutivo informes Glabinete do Prefetio quanto ao Conselho Esecutivo informes Glabinete do Prefetio quanto ao por meio de comissão específica. 	No que se refere à Lei Compliementar n° 374/2010, à Comission cociarecque que su moisso no de objeto desta consulta pública. A Lei Compliementar n° 10 7/2011 persus altenos o prazo para transplares calendaries, non moides de 10 n° 374/2010, etc. rengalares calendaries, non moides de 10 n° 374/2010, etc. moiditar os demais dispositions da norma. A ampliação desses os impactos utalismidas de norma de la partorque de la demanda social por registração fondidar e edicis, demanda social por registração fondidar e edicis, especialmente nos casos de construções antigas que não se adequant às normas fectimas atuas. Asima, «Comissão horizante de la comissão de construções antigas que não se adequant às normas fectimas atuas. Asima, «Comissão Prefeto quenta à possibilidade de revisão da LC n° 374/2010, a ser avalidad por contração professio de la Contração rea evaluado por consista por porta possibilidade de revisão da LC n° 374/2010, a ser avalidad por contração professio.	

194	UBINI, o código
2010, a Comissão coronal de pública. A comissão de pública de	or JULIA SILVEIRA PAEGLE, LAIRA CRISTINA RIBAS, LUIZA DULCETTI DOMINGOS, LUCAS RUBI SCHMITZ, LUIS FELIPE BRAGA KRONBAUER. ripa.sc.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo PMF I 00043233/2025 e o c
im Floriandpolis ja DODOPPS, que define montalismente ma er realizadas. materialismente ma er realizadas. materialismente posi a de decidadas posi a de decidadas do escopo da La materialismente materialismente do escopo da La materialismente materialismente do escopo da La materialismente materialismente do escopo da La materialismente do escopo da do escopo	nto assinado digitalmente po TANA, LETICIA BARAUSE sse o site https://servicos.flo
	Pág. 2 de 8 - Docume ALINE FABIANA MAT Para conferência, ace HINK2FDI.

					A CONSULTA PÚBLICA	_	AVALIAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA				
Numeração	Carimbo de	CPF (ex: 000.000.000-00)	Selecione a legislação à qual sua	Indique o(s) artigo(s) da legislação para os quais deseja sugerir alteração ou	s Qual sua sugestão para uma nova redação ou contribuição ?	Apresente a justificativa da proposta, se considerar pertinente.		PEDIDO RESUMIDO DA CONTRIBUIÇÃO POPULAR	CONSIDERAÇÕES	FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA	
7	27/02/2025 18:56:01	006.XXXXX35	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	contribuição (ex.: Art. 46 e Art. 55) Art 34 e Art 1	Nestes artigos retirar as exigências de babite se e a não inclusão na lei de moradias construidas antes de 2020!	Com a argumento de que a muioria das construções foram feitas antinormente qua a maioria dos proprietários não fem a escritura pública o que poderás tomar quase tudo construções llegais passíveis de despropriação.	NÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS PARA PROVIDÊNCIAS	- Prorrogar o prazo para regularização de edificações irregulares e clandestinas existentes no município de Florianópolis, previsto na LC nº 374/2010.	- A proposta não se aplica à revisão do Código de Obras, pois tasta da LC nº 374/2010, cupa competência está fora do escopo desta Consesão Disante da releváncia social do tema, recomenda-se que o Conselho Executivo informe o Gábente do Prefetio quanto ao pedido de revisão/prorospação da LC nº 374/2010, a ser avalisado por meio de comissão específica.	No que se refere à Lei Complementar nº 374/2010, a Comissión esclarece que sua revisión sió e objeto desta consustia pública. A Lei Complementar nº 707/2021 apassa ablerau o prazo para la Complementar nº 707/2021 apassa ablerau o prazo para la Complementar nº 707/2021 apassa ablerau o prazo para modificar o de marcia de considera de la Complementa no modificar o de marcia dispositivo de a norma. A ampliação desse prazo deve ser amilisada por comissão específica, considerando os impactos utantistos decorreter de sua prorropação.	
			Código de Obras e Edificacões			E que qualquer modificação no situação das construções anteriores deve en informada state do DITU a todos exproprietários. O que não correu, já estinto o prazo para a regularização, mesmo das posteriores a 2020.		O participante não indicou artigos da legislação nem	A contribuição foi registrada, porém não apresentou conteúdo	Apear disso, reconhece se a relevância da proposta diante da demanda social por regularização fundiria e edilicia, especialmente noc casos de construções antigas que não se adequam as nomas sécinicas atuais. Assima, a Comissão recomenda que o Cornelho Executivo informe o Calentes do recomenda que o Cornelho Executivo informe o Calentes do Prefeto quanto a possibilidade de revisão da Cur 9° 374/2010, a Preto que uma supestão possa ser avalidad pelo Comissão Ferrica, a êncescário que contenha so memos a destrificació do Comissão.	
8	10/03/2025 17:11:54	091.XXXXXXX56	(LC nº 60/2000), Lei Complementar nº 707/2021	nao	nenhu,as		NÃO REALIZOU CONTRIBUIÇÃO	redação.	passivel de análise, por não indicar dispositivos legais nem propor modificações ao texto vigente.	artigo e uma proposta objetiva de alteração, com eventual justificativa. No caso em questão, não foi possível proceder à análise técnica, em razão da ausência de conteúdo específico.	
					O profissional é responsável técnico e conhecedor e deve cumprir todas as nomas técnicas em vigor e assima documento que seu projeto atende a todos inclusiva que está em días com asso rápiso de controlle e com a PMF.			- O participante sugere que o responsável técnico, por esc conhecedor das normas vigentes, deva declarar o atendimento integral la exigências técnicas e legais, cabendo ao municipio penas verificar a documentação e emitir o alvará de forma inxediata, exceto nos casos que exigian (lenciamento ambiental ou asantário Propõe ainda que o único capítulo a ser reescrito no	- A minuta do novo Código de Obras já contempla medidas significacións de desburocartização, reforçando a responsabilidade técnica a delimitando as competincias da responsabilidade técnica a delimitando as competinos di teras con dienhos e responsabilidades do aspentes envolvidos no processos de licenciamento edicido. O Titulo III organiza as nomas administrativas, estabelecendo os procedimentos como estables de los delimitados de los procedimentos concessão do habite-se, inclusive referente ao licenciamento ocinicados do habite-se, inclusive referente ao licenciamento decisardios. No Titulo VI, são destabladas as obrigações técnicas	A proposta de reconhecimento da responsabilidade do professional técnico como agente legitimo para declarar a a conformidade do projeto com a legislação é compatível com o remojos jas dodos pelo munacijos, especialmente no sistema declaratório vigente. Entretanto, a sabusção da Administração colorido, o conformamento territorial e a segurança páridica. A minuta da revisão do Código de Obras promove a	
9	17/03/2025 10:26:38	124.000C000X-15	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	TEXTO É GERAL SEM LOCALIZAÇÃO DE ARTIGO.	todos inclusive que esta em dias com seus orgaos de controle e com a PMI o municipio deve receber o profice aprovar, se a documentação burocrática estiver correta, a emissão do alvará inecidia deve ser para todos os serviços porfissionais execto os que exigem licenças ambientais e sanifarias. As multas decomentes das infrações será o unico capitulo a ser rescrito.		ACEITO COM RESSALVAS	- Propose anida que o unido aportivo à ser rescutiro los Código de Obras seja o relativo às multas por infrações. Justifica a proposta com a necessidade de simplificar e desburoratizar o processo, conferindo maior agilidade à aprovação de projetos e emissão de alvarás.	concessão do natione-e, inclusive reneriente ao ilicenciamento de declaración. No l'Italio IV, são detalhadas as obligações técnicas do responsável técnico quanto ao cumprimento das normas vigentes. - Quanto ao capítulo de infrações, a minuta propôs sua reestruturação integral, incorporando a sanção de advertência, a	desburocratização por meio da organização normativa em títulos ternáticos: o Título II dispõe sobre os direitos e deverse dos envolvidos; o Título III dispõe sobre os direitos e deverse dos olicenciamento urbanistico; e o Título VI estabelece as exigências técnicas mínimas a serem observadas nos projetos.	
								redução do valor mínimo das multas e a possibilidade de descontos conforme a gravidade da infração.	Por fim, o capitulo de sanções foi efetivamente rescrito, no Título IV incorporando critérios de proporcionalidade en natureza educativa, como a sanção de advertência, a redução do valor mínimo da multa para sté 0,1 CUB/SC, conforme a Infração, e a previsão de descontos regulados por ato normativo posterior.		
		Código de Obras e Edificações		Fazer um TAC entre Floram e moradores de prédios de mas de 10 unidades			 O participante sugere a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a FLORAM e os moradores de edificações com mais de 10 unidades, nos casos em que é exigida a Licença Ambiental de Operação (LAO) e esta não pode ser obtida por se tratar de obras irregulares. A justificativa spresentada é 	 - A proposta não se refere ao conteúdo do Código de Obras e, portanto, não integra o escopo da presente revisão. Trata-se de matéria ambiental, cuja competência normativa e de execução é do órgão ambiental municipal, conforme legislação específica. - Recomenda-se que o Conselho Executivo informe o Gablinete 	A exigência de Licença Ambiental de Operação (LAO) para edificações com mais de 10 unidades decorre da legislação ambiental vigente, em especial do Código Estadual do Meio Ambiente (Lei Estadual nº 14.675/2009) e das Resoluções CONSEMA nº 250/2024 e nº 251/2024.		
10	19/03/2025 14:33:46	573.XXX.XXX-20	Congo de Unras e Edinicações (LC nº 60/2000), Lei Complementar nº 707/2021	Toda	Fazer uni TAL, entre Hodrin e moralores de presions de mas de 1 Unidades onde chriga et uma LAO que na maiorita das vezes não é possível obter por serem obras irregulares	Não é possível adequar uma obra irregular nas normativas da floram	NÃO SE APLICA A BEVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS PARA PROVIDÊNCIAS	que, por estarem em desacordo com as normas ambientais vigentes, tais edificações não conseguem se adequar às exigências da FLORAM.	do Prefeito ou a Secretaria específica, quanto a contribuição popular.	Nesses casos, a regularização ambiental de empreendimentos construidos sem a devida licença pode ser analisada peia FIORAM, que dispote de instrumentos legais, como a LAO corretira, desde que atendidos os critérios técnicos e legais. A eventual celebração de Termos de Ajustamento de Conduta deve ser discutida diretamente com o órgão ambiental competente, não semdo objeto de normatização pola Código de Otlegos.	
11	19/03/2025 15:49:02	029.XXX.XXX-52	9.XXX.XXX.52 Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	adicionar artigos	Em edificações multifamiliares, com mais de 10 unidades habitacionais, deverão ter o o téreo da fachada para uso comercial. Mais incentivos a		NÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS	com mais de 10 unidades habitacionais tenham obrigatoriamente o térreo da fachada destinado ao uso	 - A supestão trata de matéria urbanistica relativa so uso e ocupação do solo, qui regulamentação compete ao Plano Diretor do Município. O Código de Obras não tem competência para definir ou obrigar o uso comercial em determinadas tipologias edilícias. 	O uso do solo, inclusaive a previsão de incentivos à implantação de empreendimento de uso misto, é disciplinado pela Lei Complementar nº 482/2014 (Piano Dietoto), sendo este o instrumento básico da política municipal de deservolvimento urbano, conforme definido pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). A proposta de incentivo ao uso misto foi contemplada na revisão	
			(empreendimentos de USO MISTO.	Parkiside Carvoeira e empreendimentos próximos. Somente empreendimentos dormitórios. Exemplo bom: Rua Professor Milton Sulivan, 51 - Carvoeira, Florianópolis - SC, 88040-402 Residencia lega. Trouxe moradia e vida para o térreo, com comércio e serviços.				do Plano Direttor de 2022, por meio do Art. 295 Di incluído pela LC nº 739/2023, que estabelece mecanismos urbanisticos voltados a qualificação dos espaços utrabanos, promoção da diversidade funcional e estímulo à mobilidade ativa. Dessa forma, a matéria já encontra previsão no ordenamento urbanistico vigente.	
						Considero que a exigência de duas vagas por apartamento se mostra excessiva e desproporcional à realidade da maioria dos condomínios. Em um centró in lybrotético de um edificio com 200 unidades, a noma scarretaria a necessidade de 400 vagas para bicicletas, o que se revela impraticável e ocuco aderente ao uso real desse meio de transonte elotos moradores.		 O participante solicita a redução da exigência mínima de vagas para bicicletas em condomínios multifamiliares, sugerindo o índice de uma vaga a cada cinco unidades habitacionais. Argumenta que a exigência atual de duas vagas por unidade é excessiva. 	A proposta trata de norma urbanística prevista no Anexo da Lei Complementar nº 482/2014 (Plano Diretor), e não integra o escopo da revisão do Código de Obras. Recomenda-se que o Conselho Executivo informe o Gabinete	urasnissoo vigente. A exigência de vragas para bicicletas é estabelecida pelo Plano Diretor do Municipio, que disciplina os parámetros urbanísticos e os instrumentos de ordensamento territórial, A proposta apresentada refere-se diretamente ao Anexo da LC nº 482/2014, alterada pela CL nº 739/2023, cusi servisão foi realizada ao longo	
			Código de Obras e Edificações			Ademais, entendo que a legislação vigente des considera alternativas viáveis para o armazenamento de bicicletas, como a guarda no interior dos apartamentos ou o acondicionamento junto às vagas de garagem, o que dispensaria a construção de bicicletários específicos.		desproporcional à realidade de uso e invisivel do ponto de vista construtivo, especialmente em empreendimentos de grande porte.	Recontentar-se que o Consenio Executivo Informe o Gabrielle do Prefeito ou a Secretaria específica, quanto a contribuição popular.	de 2023 com ampla participação popular, incluindo oficinas e audiências públicas. Embora a temática da mobilidade ativa seja relevante para a sustentabilidade urbana, eventuais ajustes nos indices exicidos	
12	20/03/2025 17:49:52	077.XXX.XXX-90	(LC nº 60/2000), Lei Complementar nº 707/2021	Anexo I. 4 do Plano Diretor	Reduzir o minimo de vagas de bicicleta por unidade em condominios multifamíliares para 1 vaga c/ 5 unidades.	Diante do exposto, solicito que este órgão reavalle a referida legislação, considerando a possibilidade de flexibilização da norma ou a adoção de critérios mais condizentes com a demanda real por vagas de bicicleta nos condominios da cidade.	NÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS PARA PROVIDÊNCIAS			devem ser debatidos no âmbito da próxima revisão do Plano Diretor, com base em estudos técnicos studizados sobre a realidade de uso e a viabilidade de implantação dos bicicletários nos empreendimentos residenciais.	
						Agradeço a stenção e coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos. Att.,					
						Eng. Diogo		 O participante solicita a validação do parágrafo 3º do 	 - A proposta apresentada já está atendida pela legislação vigente. 	A legislação que regula a emissão de ruídos em Florianópolis já	
12	21/03/2025 11:22:45	020 YYY YYY-50	Código de Obras e Edificações	Art. 60 código de obras	Validar novamente o parágrafo 3º, impondo proibição em dias horários para	Muito desagradável estra em casa ouvindo equipamentos e ferramentas aos	NÃO ACEITO	Art. 60 do Código de Obras (LO 660/2000), impondo a prolibição de construções e reformas em áreas residenciais durante finais de semana e feriados, com o objetivo de eviter o incômodo causado pelo uso de equipamentos e feramentas nesses períodos.	Lei Complementar nº 003/99, que estabelece normas de controle de poluição sonora no município, incluindo a proibição de atividades que gerem ruidos excessivos em horários específicos.	os níveis máximos de ruido permitidos em áreas residenciais e estabelece os horários em que atividades potencialmente ruidosas, como construções e reformas, podem ser realizadas.	
13	21/03/2023 11.22.43	029.XXX.XXX30	(LC nº 60/2000)	Art. ou codigo de obras	construções e reformas em áreas residencials.	finais de semanas e feriados.	NAO ACEITO		 - Assim, a sugestão de proibição adicional não é necessária, pois a legislação já contempla a regulação adequada sobre o tema. 	O parágrafo 3º sugerido, que busca probir construções e reformas em finais de semama e feriados, é redundante, pois a legislasção já garante a protezão contra ruidos excessivos, sem a necessidade de revisão adicional. Eventuais ajustes sobre horários especificos podem aer feitos dentro do escopo da Lei Complementar nº 003/99, que já contempla a matéria.	
	24/03/2025 15:43:23		Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000), Les Complementar nº 707/2021		Per favor incluir leis sobre mitigaçõe e resiliéncia climática en coldigo de obras. Teremos mais churas, mais calor, mais sensas nos periodos de estisgem. Tirasma lei de captação de ágas plurial? Teremos mais alagamentos e mais ricos de fatos de ágas, a éclicios emergifica também constituir de la completa de captação de ágas plurial? Teremos mais alagamentos e mais ricos de fatos de gas, a éclicios emergificas também constituir de la constituições maisteres insicalmente.	O código de obras deveria sempre estar melhorando, e não regredindo como		 O participante solicita a inclusão de leis sobre mitigação e resiliência cimitato an Código de Obras, com foco em medidas como captação de água pluvial, eficiência energética, e soluções construtivas sustentáveis. Destaca a preocupação com as mudanças climáticas, 	- A supestão foi parcialmente atendida na minuta de revisão do Código de Otars, com a inclusão de uma seção especifica que trata da Eficiência Energética nas Construções. Esta seção estabelece que o Municipio poderá exigir, conforme regulamentação do Poder Executivo, a adoção de medidas de reliciência energética, usor acional da Sigua e outras soluções construtivas sustentiáveis, especialmente em projetos de edificações de maior oor too ul misoator un bano.	- A evisão do Código de Dizas de Florianópolis incorpora aspectos relacionados a mitigação e resilância climática, respondendo à necessidade crescente de adaptação às mudanças climáticas. A inclusão de uma seção sobre Eficiência Energêtica nas Construções visa formentar preficas sustentáveis no setor da construção civil, principalmente em edificações de maior porte.	
14 24/03/3		290.XXX.XXX-42		Art. 218., Art 224.		foi o caso aqui em Florianópolis. Traram específicações do código, agora arquietos não sabem o que vai o unão sar asclar A qualidade dos projetos é núm porque ninguém sabe o que é esperado. Ver estudo do Conselho Brasiletiro de Construção Sustentável sobre um código de energia para edificações em Florianópolis.	ACEITO COM RESSALVAS	 Destaca a preocupação com as mudanças climática que trarão mais churso, calor e secas, além do aumento dos alagamentos e do risco de falta de água Também questiona a retirada de especificações do código, apontando que isso tem gerado insegurança nos profissionais da área. 	edificações de maior porte ou impacto urbano. - Além disso, a proposta de resiliência climática, com foco na adaptação às mudanças climáticas, foi incorporada à minuta, com érfase na mitigação de impactos ambientais, incluindo medidas de captação e uso sustentável da Sigua, bem como	- A exigência de adoção de medidas como captação de água plavial, eficiência energética e uso racional da água estará regulamentada de acordo com normas especificas que serão detalhadas no processo normativo subsequente, com base em diretrizes do Poder Executivo e com base em estudos técnicos	

				CONTRIBUIÇÕES D	A CONSULTA PÚBLICA		AVALIAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA			
Numeração	Carimbo de data/hora	CPF (ex: 000.000.000-00)	Selecione a legislação à qual sua contribuição se refere.	Indique o(s) artigo(s) da legislação para os quais deseja sugerir alteração ou contribuição (ex. Art. 46 e Art. 55)	s Qual sua sugestão para uma nova redação ou contribuição ?	Apresente a justificativa da proposta, se considerar pertinente.	PARECER COMISSÃO	PEDIDO RESUMIDO DA CONTRIBUIÇÃO POPULAR	CONSIDERAÇÕES	FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA
15	25/03/2025 17:02:14	012.3000.000495	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	CAPÍTULO VI NORMAS TÉCNICAS SEÇÃO II SEÇÃO II ALTÃO CAPÍTULO VI CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES Art. 169	Art. 76. Identificar indicional quals são as normas a seguir para cada um dos lópicos mencionados. ART. 140. Acesscentar dimensules mínimas para cada spologia de habitação. Es fluido cim 267th. April tamento 2 dominários, min 50 m², Apartamento 3 dominários: min 75m².	normas técnicas vigentes. Identificar quais são as normas garante que elas sejam seguidas adequadamente.	NÃO ACEITO	 O participante sugere a identificação e solição das normas tércinas a serim esquidas nos atique 76 e 149 do Codigo de Obras (C. 000/2000). Propos a definição de dimendes mínimas para as tipicologias de habitação (como Sudio, Apartamento de 2 dormitificira à diominicio) para garanta aquididade dos construções e evitor esperulaçõe inschilária. 	- A sugestio de tierrificar quais normas seguir no At. 75 foi reprienda, pois o Coligo de Otras não de olgos responsival por determinar as normas técnicas, que são disminas e do referencia as normas técnicas, que são disminas a de regulentera de la responsiva de la respecta de la respecta de la respecta de la respecta de la respectada de la responsa de la refereza de la ref	 O. Odgo de Obzes não define as normas técnicas a serem seguidas nas contrações, pois seas nomes são emitidas por origiãos competentes e año de responsabilidade da profissional normas de competentes e año de responsabilidade da profissional com a attenções e eseiginizas dessas nomes. A facalização do cumprimento das normas técnica de resilizada pelos conselhos profissionas, como CERÁZO e c AUSA. -An ormas de desempento a respulsamentam os critários minimos de qualdede que a en definção de event astender para minimos de qualdede que a en definção de come stander para definer dimensión en minima específicas para diferentes tipos de unidades habitacionas no Codigo de Cela não de uma competência do municipio, visto que laso interfere no mercudo excludidar o contensio o principios de tiende eccubrica.
16	25/03/2025 19-27-06	108.300C300X-10	Lei Complementar et 707/2021	Art. 26	Sugestão de nora redação: Ant. 24. Apresentada a defeas tempretinamente pelo interessado, o processo será julgado polo superior heteraquico do servicior auditor da contrata Minicipio competente. § 1º O processo será julgado no praza de selá 30 das (printa dias), contados a partir da apresentação do defera o do processo de adequação. § 2º Casa a suspensão não estas fundamentada no descumprimento das apolicos de posta que a competina de presentado e manifestado de defea que de processo de adequação de posta no circular do presentado en asulação, el persona como como como como como como como com	A proposta de redação acima já foi oferecida por mim na tramitação em junicio de 2021, aproveño para respesentir-la agrou. Em interac, o licentimente declarativo de una surque operessivo para Floristopicia. Andra que seus efetios nanca tenham ado sentidos de forma Floristopicia. Andra que seus efetios nanca tenham ado sentidos de forma declarativo para a deministração Publica, que foi desirectumbir tos tectionos da 5004/0,0746/00/10/8400 y actualara proprios rendencias uniformitarias, la contrator o endencias uniformitarias. Contrato, o precedimento instituto on ou 12.4 de insuficientes, posa conterno con de turar o o leneramente a correigido e defendem mais renovas ao un considera de la contratoria de contratoria d	ACEITO COM RESSALVAS	O participante sugere a deregia do Art 7.2 da 1.0 97/2021, regiono en move procedemente para o julgamento dos processos administrativos, com parace proportios para natiende das defessas repropostas de específicos para natiende das defessas repropostas de tacida en caso de altérico da administrativos competente. Tambérin sugere a possibilidade de tempo de quas de conduta nos casos de difficil reparação da obra.	desempendo estabelecidas por normas federais. A proposta spreadrad, que supera federais de paración de defenso ou de proposta de adequação, revela preconspación legitimos com a segurança injuria, a caleridade a paración de paración d	
17	25/03/2025 19:50:20	108.3004.3004-10	Código de Obras e Edificações (LC + 60/2001), En Complementos et 707/0021	n/a	Aprimas um breve comentation: Desides initiod on sen 2000, Profundiquist foi gradualmente impolarecendo a relatate cube suas regars softwarisches estellicias. Tudo considerate cube suas regars softwarisches estellicias. Tudo impolarecendo a relatate cube suas regars softwarisches estellicias. Tudo impolarecendo a relatate cube suas regars softwarisches son seigenson comento foi rejetabas gabe sopulação de formas quases unahimate considerate de la relatación de latación de la relatación de latación de latac		ACEITO COM RESSALVAS	- A conthuisção destaca o histórico recente da legislação ulmaritica de Florandopile, resealhardo os entraves gendos pela Le Coreptementer nº 48/2/10 (2007/2021, especimente com a institució do 107/2021, especimente com a institució do licercioriente o declaractivo. A ramifestação defenda o licercioriente o declaractivo. A ramifestação defenda el declaractivo. A ramifestação defenda el sistema declaractivo para engreredimento mutilifamiliarea, superindo inicialmente o limite de 2.000 m² como estaça de transição.	- A Comissão reconhece a pertirelecia da arelitea generatada na contribucióa, em especial quanto aos a responso personávolo pela La Complementar nº 707/2021 no contento do Cierconismento de La Complementar nº 707/2021 no contento do Cierconismento de La Complementar nº 707/2021 no contento do Cierconismento de La Complementar no cardo des efficiences a considerados de agesta o pública manúciqui, promovendo mandor socionalização de agesta o pública manúciqui, promovendo mandor socionalização de agesta o pública manúciqui, promovendo mandor socionalização de agesta de age	ajustes paulatinos, evitando sobrecarga dos sistemas ou riscos urbanísticos decorrentes da autodeclaração indevida. A regulamentação pelo Poder Executivo, por meio de normativa ordoris, oferecerá o suporte necessário para dar dinamismo e
18	25/03/2025 19:51:51	108.3000.000-10	Lei Complementar nº 707/2021	Art. 35	E necessário prorrogar o prazo da Lei Complementar Municipal 374/2010		NÃO SE APLICA A SEVISÃO DO CÓDIGO DE OBRASI PARIA PROVIDÊNCIAS	Peurogae o passo pas regulativação de edificações irregulares culturales existentes no municipio de Pontanópolis, previsto na LC nº 374/2010.	A proposta silo es uplica à revisció de Código de Clorac, pois tata de Lor # 274/2010, cua comprehencia está fora de acoppo desta Comissão. Distinte de referencia social do tena, recomenda se que o Cossablo Escoutivo informe o Cabinete do Précific quanto ao portido de revisido/prorregação da CIP * 374/2010, a ser availada por meio de comissão específica.	No que an enfera à La Complementer d' 27,0701, à Comissão costience que sus resistes não é objeto des cervalta pública. A La Complementar d' 707,0721 spensa alterau o praza para agreementação de predio de regularização de edificações producidos de regularização de edificações producidos de complementar de complementar de complementar modificar os demais dispositorios da norma. A ampliação desse para de es are antidada por comissão sepecifica, considerando os impactos utriansiticos descrientes de sua prorrapção. Apesar disos, normados-es a releviráncia proposta diserte da demanda social por regularização fundárias e edifica, demanda social por regularização fundárias e edifica, despecial por la complementa de complementar de complementar despensa de complementar de complementar producidos de complementar de complementar por complementar de complementar de complementar producidos de complementar produci

				CONTRIBUIÇÕES D	A CONSULTA PÚBLICA		AVALIAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA			
Numeração	Carimbo de data/hora	CPF (ex: 000.000.000-00)	Selecione a legislação à qual sua contribuição se refere.		Qual sua sugestão para uma nova redação ou contribuição ?	Apresente a justificativa da proposta, se considerar pertinente.		PEDIDO RESUMIDO DA CONTRIBUIÇÃO POPULAR	CONSIDERAÇÕES	FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA
19	25/03/2025 23:24:48		Código de Otura e Edificações (LC nº 60/2000), Lai Complementar nº 707/2021	CONTRIBUTED. CONTRIBUTED. CONTRIBUTED. CONTRIBUTED. CONTRIBUTED. CONTRIBUTED. CONTRIBUTED. A statement on site of the contributed on the co	Código de Obras 1º) Art. 19-8. Fica instituido o sistema de credenciamento de profissionais de Arquitetura ou Engenharia Civil para realizar vistorias, elaborar pareceres	JUSTIFICATIVAS: Código de Obras: 1) Intercéor no sar. 19 e 41: agilizar a concessão dos atos 1) Interceivantos. 2) Interção no Art. 1844. Inadmissível a demolição sem a oportunização de prazo a regularização, posp a rt. 58 g2º. Gazente o direto de eliminar as demolição os derigos de prazo a regularização, posp a rt. 58 g2º. Gazente o direto de eliminar as demolição do sefenimente não poderão e em impostos quando apide. 7.4 demolição do sefenimente não poderão e em impostos quando paíse. 7.4 demolição do sefenimente não poderão em impostos quando paíse a refuente o paíse o presentar projeto que regularize a situação dentro dos pazos de defesa 7. 2) Unificar o texto com o Código de obras, pois que tratam de mesmo optivo – principo de Coofficação do Norma. 4) Art. 7 () IL Áreas com restrições ambientais é musto abrangente. A roy, cualquerá era não nedificadas tiena de restretições ambiental (pois implica supressão de vegetição, aupecto que ser visto por ocasido de amistido da autórização de corti). Liga comem expecíficas.	ACEITO COM RESSALVAS: (PARA PROVIDÊNCIAS)	Proposta de Indusido de sistema de crudercionemos de porficiologica de carpilatora e emplantar e emplantar el propriar a la españa de proficio de vistoria, elaboração de parecerea e ministra de aba substratarios. - Fixação de prazo de 15 dies para realização de vistoria de habitar estada de habitar españa para regularização. - Supersão de sufficação da 16. Complementar nº 707/2013 a colódigo de Obras. - Sociacição de alteração na redeção do art. 7º da 10. CO7/2013, abotitudo a capressão Treativa de preservação permanente por termo mais específico.	processos. A minuta prevá, de forma mais restrita, a processos. A minuta prevá, de forma mais restrita, a prossibilidade de inspussiva festicas no similate de vistorias e certificações especificas, respetando os limites legação de delegação. Considerando a amplitude de proposta, a resiliando a vibellidade, inclusive legal, de sua implementação e regulamentação, de regulamentação de regul	Consperencia decisiona da Auministração. A delegação de atividades (in, como a emissão de atos autorizativos e aprovação de projetos, permanece vedada, conforme os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. A avaliação sobre eventual ampliação das atribuições dos profissionais credenciados deverá ser objeto dos atribuições dos profissionais credenciados deverá ser objeto.
20	26/03/2025 12:53:34	041.XXXXXXX50	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	258-A	sugiro revogação.	A redação proposta tende a abrir precedentes de forma absoluta.	ACETO	- Sugestão de revogação do Art. 258 A do Código de Obras (LO 60/2000), pois a redação proposta tende a abre precedentes de forma absoluta.	- A comissão concorda com a sugestão apresentada e o item não consta na minuta. De fano, a suspicira de uma regulamentação complementar das para penedre la facusa romaniãos pode complementar das para penedre la facusa romaniãos pode administrados e evitar interpretações excessivamente amplias, é necessário que postora signia regulamentados adequadamente, para que a decisio administrativa sea pasempre facusadamente, para que a decisio administrativa sea pasempre la complementa devidamente estabel existina.	O.Art. 258-A, insendio pela Lei Complementar nº 763/2024, projbe que a audincia de normas complementares não impedio complementares de la complementares não impedio decidir conforma se respera cestreteria. Nos estratos, cesa redespão pode abri precedentes impreciscos ensoco para decisação pode abri precedentes impreciscos ensoco para decisação pode abri precedentes impreciscos ensocos para decisação construir a complementaria, en imprecisivado para describa contras comass complementarias, en imprecisivado para garantir que o processo decisión seja dans, transparente o baseado em partiridad para esta destina de la complementa de la complementa que o processo decisión seja dans, transparente o baseado em partiridad en precisión para poda en transparente a baseado em partiridad en expessión para poda en complementa para destina de la complementa de la complementa por la complementa por la complementa de la complementa por la complementa de la complementa por la complementa portar de la complementa portar de la complementa por la complementa portar de la complementa portar designada por la complementa portar de la
21	26/03/2025 13:06:38	988.XXXXXXX42	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000), Lel Complementas nº 707/2021	Inserção de artigo	O crescimento descridenado de kinetes e a subdivisão indiscriminada de necidencias em Floriandopolis kim gesedo impactos negativos, como concentral de la composição de la compo	Floriandgolia pracisa equilibrar desemolvimento urbano e prasmração da qualidade de visa. A explosão do sitrete sem comorio gere: - Profesmas ambitos (cespot transdendos falha de ápuja): - Confiltos de visanharça (expertotação, baraño, estacionamento irregular); - Nemolectração de deser residenciale tradicionale;	ACETO COM RESSALVAS: (PARA PROVIDÊNCIAS)	- Limitação de Kinnets por Terreno/Imóvel - Exigincia de Infraestrutura Minima de Sistema de Agigua e espode dimensionado, instalações eleticias foiga e espode dimensionado, instalações eleticias foi de dereagem (para evitar falagamentos em lotes subdivididos), vegas de garagem (per esiglo pelo zinceamento), segir viabrio la foricia prévia em numbro de agigua en la complexión de la complexión	A. Omissão vertende que se regulementação des dimensidos minimismos des unidades habitacionais não de competência de immirante des unidades habitacionais não de a competência do municipo. A regulação do mercado incolútirio e a liberárdade consolimos garanteira e Rubbilladides necesitar para o a comans federiras, que já prevento a critérica de desempenho para referencia que ja prevento a critérica de desempenho para competência e acupação de habitabilidade des desempenho para consolimidades o desempenho para desempenho para competência e acupação de nome a competência e acupação de para de competência de sestemas adequados de sistemas entre desempenho para existência de inferencia e de sestemas adequados, desde que não compromentam a decinações de competência de sistemas audencianos, desde que não compromentam a decinações de come a resourbada sobre a responsabilidade técnica de professionais habilitados. A minista previa que o incinciamento e a execução das obras devem ser supervisionados por responsáveis técnicas de professionais habilitados. A minista provia que o incinciamento a execução das obras admitados, contientos e devem ser supervisionados por responsáveis técnicas com a normas utaneidos es efectosas. A minista provia de maneira rebuta si facialização, estabelecendo medicas regularização de forma a implificada, comulerando a releváncia acupita defensa de impulsações. Em relaçõe à respulsarização de forma a implificada, comulerando a releváncia social do tema e que está artelada aos exercicados apor a respulsação de forma a implificada, comulerando a releváncia acupita do tema e que está artelada aos exercicados as porturales de tema esta que defensa defensa en remoderiados as incomentos que a Considerações com torneiros de como a como acupações de profetios a demanda, para que está amalizada por meio de uma comissão específica.	juridica necessária pata todos o envolvidos no processo. A regulamentação dos demendos minima para as unidade como describa de como de como describa de como
22	26/03/2025 13:08:24	066.XXXXXXX	Lei Complementar nº 707/2021	Let complemente malmeno, 707/2021. publicame facer framigation analytica maletimo conde co- derables estacionam na orla prajam o barroo e cruzzam litha confilmente e vice versa	-	Desafogar o transito	INÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS: PARA PROVIDÊNCIAS:	- Implantar transporte maritimo ligando ilha continente.	ligando a ilha ao continente com o chiativo de decafogar o	A implementação de aleitemas de transporte, como o Paraporte ambiem entre sal la o confeinte, a tem sal questão que emotivo per a major a confeinte a tem sal questão que emotivo per a major de la competina do de mobilidade, o que está foro de serios de competina do Cologo de Chora. Pogla que de Chara regulado as questões edificas e de licenciamento de construções, a que por a competina do certa competina do cita com partir por a competina do competina do como partir por esta interagração de diferentes codos de se exporte victurado à no susporte e activo manteno como um solução para as recessidades de mobilidade do cidades. Portanto, qualques qualo voltado para de la competina do tempora de como partir por como um solução para as recessidades de mobilidade do cidades. Portanto, qualques qualo voltado para a simplementação do desarquoto en artificio deverá ser tratado dentro do execuço do transporte en martirmo deverá ser tratado dentro do execuço do desarquoto en Distructor, en como esta de competina de c
										planejamento e implementação de políticas de transporte na cidade.

				CONTRIBUIÇÕES D	A CONSULTA PÚBLICA			AVALIAÇÃO	DA EQUIPE TÉCNICA	
Numeração	Carimbo de	CPF (ex: 000.000.000-00)	Selecione a legislação à qual sua contribuição se refere	F-1	Qual sua sugestão para uma nova redação ou contribuição ?	Apresente a justificativa da proposta, se considerar pertinente.		PEDIDO RESUMIDO DA CONTRIBUIÇÃO POPULAR	CONSIDERAÇÕES	FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA
23	26/03/2025 13:38:01		Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2009)	contribuição (ec. Art. 46 e Art. 55) (Lc n° 60/2000)	Nas áreas de praias , que seja somente construido edificações com 3 andares.	Não tem tratamento devido de esgoto e pouca infraestrutura no trânsito.	(NÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS) (PÁBA, PROVIDÊNCIAS)	O participante solicita a limitação da altura das edificações mas feras de praise para três anderes, edificações mas feras de praise para três anderes, reflexionados à finisenturura de espote o so trisistos, além de promoverem o desenvolvimento desorderado, além de promoverem o desenvolvimento desorderado.	- A supestão de limitar a construção de edificações com no misiono the anderes nas desse de praisa, visando à proteção da not beia anderes nas desse de praisa, visando à proteção da not braisto, testas de uma questão que aprencia e aderea do Plano Dietor do Município de Poinoriapolis. Plano Dietor do Município de Poinoriapolis. Planomente-se que o Conseño Escucivo informe o Gabinete do Pretido ou ao órgão de planajemento unba oquanto à oquestão apresentiala, para que se aja malidado no contexto da para a ordenamento desses áreas.	O Plano Diretor já estabelece diretrizes claras para o uso e ocupação do sodo rae áreas literáriaes, que passou por um coupação do sodo rae áreas literáriaes, que passou por um relação a estadados públicas. Qualquer al tempo de ministrato deficiars as desirácias públicas, cualquer al tempo em mislação a estas diretrizes deve ser tratada no almitino da prissima emislada do Plano, no base em estados tencionos que considerem con impactos utilizados, umbientadas a a influentaciona estadente. Desas formas, a Comissão eleterádo que assa sugeriado deve semi-como de públicas de restados que a su presenta de la como de displaca de plano que mento unhano coa os Quálmentes do Diretos, como o drápio de planoigemento ultano coa os Quálmentes de Prefetos, para análesia destinada se positiva, qualem as se diretrizes enteriores.
24	26/03/2025 13:59:10	94930003004-04	Codigo de Obrar e Edificações (LC nº 60/2000), kai Complementar nº 707/2021	Codigo de cluras Art. 52; Lei complementar como um todo	Imposição de embargo em caso de risco climático, seja por alagamento, declizamento, ou ercado costeira	Em releção ao CO, devemos lembrar do relatório financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento de 2015, apresenta com destihas é esta material. Esta financiamo de Desenvolvimento de 2015, apresenta com destihas de sea material. Esta tidinarções devem ae recoprosdas emergencialmente no código de obras de forma transversal, para garantir a sequisarça des nos estados de forma transversal, para garantir a sequisarça des nos contractivos de contractivos d	(ACEITO COM RESSALVAS: PARA PROVIDÊNCIAS	O participante propõe a inclusão de uma cárcula no Codigo de Clara o en apropulsa o ambajo con Codigo de Clara o en apropulsa o ambajo contrato, como clasgamentos, electramentos ou erosto contrato, como alagamentos, electramentos ou erosto costina. - Ele destaca o relatório de Banco Interamentricano de Desenvolvimento de 2015, que aposto teres de risco e cultura de como como como como como como como com	A rima so Coding de Class a remis as medias a so rotados de cintar unbasticio e de appune pa silva, sución de silvanticio de menular de companya participa sución de silvanticio comitario de edificações aguado houser fraco innerente para a seguranza páblica ou moi ma arbeitar, colorme disposto no Thulo V. P. de Franciscopto de Cheren Utanadatos. — El aprevata, a maligações a despetações que uma sacela sobre soluções contrativas sustemines, alimitadas com as recessidades de miligações o adaptações à sandarques climáticas, especialmente para edificações de mines porte. — Ono melações à habitaçõe de adespetações qualificações de determines para edificações de un registrario as políticas determines para filmações que megalimenta as políticas exercisados de aprila obreta, que migrativario a sobreta exercisado de aprila as ICAS por en registrarios as políticas exercisados de aprila as ICAS por en registrarios as políticas exercisados de aprila as ICAS por en registrarios as políticas exercisados de aprila as ICAS políticas, que tem como foco a políticas públicas de habitações bases formas por en políticas públicas de habitações, bases formas políticas públicas de Armento do a Secretario compreten para a devida análisa.	de ordenimento desass áreas. O Titulo IV- o Pa Encultarição de Ordeni Urbanistica da minuta O Titulo IV- o Pa Encultarição de Ordeni Urbanistica da minuta monocidado de Ordenia Desas de Ordeni
25	26/03/2025 14:42:39	909.XXXXXXXXX15	Lei Complementar nº 707/2021	,	A explanação e multo técnica, não dá so cidadão Florianopolítano uma visão clase do que está em pasta. A lita está saturada, as construções não deste novos moradores, tratamento de explos além de estrutura de asalde ente multos costos distritos. Deste podo além de estrutura de asalde ente multos costos distritos de los deste dos governantes sobre o futuro da nosas querida lita futura da nosas querida lita.		NÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS: (PARA PROVIDÊNCIAS)	 O partiopante expressa precupação com o planejamento urbano da cidade, mencionando que a obre de como de como de como de como de como de devido planejamento de intestrutar, acrono estradas para escoamento de novos mundores, fustamento de estenção dos governantes ao futuro da cidade. 	- A esplanação apresentada aborda questões relacionadas so ordenamento territorial ao planajemento utanos, teresa que são der Cloras. - Desa forma como de co	as mudarquas climáticas e segurinos urbans. As questões menoriadas polo participanis, como a saturação da libu e a necessidade de planispamento da influenta traba para Debetra de Florisandas, quas de documento estandigo o presponsado planis quas de documento estandigo o responsado planis quas de documento estandigo o responsado planis quas de coloradas do bermánio, incluiando cidades. O Código de Obras, por sa sue respuestado estandigo de cada de Código de Obras, por sa sue respuestado estandigo de como planis en actual de como
26	26/03/2025 15:11:31	541.XXXXXX-04	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	Rodovia João Paulo não poderia ter prédios acims de 3 andares do lado do mar, e uma construção do lado do Aporque Mateus que ultrapassou isso.	Para que prédios do lado do mar no João Paulo não tenha mais que 3	Pois scaba que o esgoto indo para o mar e tirar toda a visão linda do mar para o moradores do contrálio.	NÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS: PROVINCÍBICAS;	O participante sociale a limitação de sibura das edificações nais foste de rais par sel tiris adhere, plastificaçõe nais foste de rais par sel tiris adhere, justificando que estas áreas enfentante problemas relacionados à infraestrutura de espoto o so tilisativa, além de promoverem o desenvolvimento desorderado.	A superfixed de l'immer a construição de rediferçados com con maisses bite antieme a disental de graine, sisselé priprieção de infraestrutura e à redução do sir improtos no sisteme de espoto e no farissito, tratas e de uma questão, que pertence a efecte do Plano Diserci do Municipio de Proinsépolas. Peccomande-se que o Conselho Escucivo informes o Cabilhotte do Pretido ca ao órgão de planeajmento urbano quanto à questión pretendida, para que está palitada no contento à dis- questión pretendida, para que está palitada no contento à que para su conselho Escucivo de deservicio para o ordenamento dessas áreas.	o Peuzo pinero já rebalolec el mentrare claras peus o uso e o expegição de solo es establicados establicados que prisca por um processo de revisão em 2002 com ample participaçõe propular, incluido officiarse audiciórias políticas, o lasajore al transção em relação a cesso directivas deve es tratadas nos limitados o próxima com a cesso de cesso de comparte de como como como processo de como como como processo de como como como como como como como com
27	26/03/2025 16:31:44	048.XXX.XXX-00	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	Art. 258-A	Sugiro que o artigo seja revogado.	Dificilmente o Município será capaz de preencher as lacunas normativas na mesma velocidade em que os empreendedores as recontram e aplicam. Il los pode gera distroções no uso e ocupação do sobe a bair precedentes precoupantes. Suppender o processo de aprovação até que as respectivas lacunas sejam resolvidas parece mais prudente.	ACEITO	- Sugestão de revogação do Art. 258-A do Código de Obres (LC 968/2009).	A consista concosta com a sugestia apresentada a o lam foi estado do missio apporata ha festa, a subernia de uma regulamentação complemento das para perencher lacumas normativas pode quer inrespunso; juricia. Para garantir a devida segurança aos administrados e evitar interpretações excessivamente amplias, ê necessirán que a portos a spian regulamentados adequadamento, para que a decida moderna destructura de la considera de la considera devidamente estabelecidas.	ou el unitaria intro caracisa de la Complementa nº 78,0700A. proble que la assierio pié normas complementares não impede o exercicio de direttos do administrado, permitindo so Municipio decidir confirma es respera estetentes. No estrata, essa redeção pode abre precedentes impecsiones erizcos para decisdes pode abre precedentes impecsiones erizcos para decisdes administrativas sera mum base inormalir notudas. A regulamentação adequada, por meio de decretos, portarias ou outras normas complementares, e impressímele para garantir que o processo decisión osas (alms, transparente o baseado em qual processo decisión osas (alms, transparentes obseado em partida necessión sera podos os em complementares, e impression por posição para partir que o processo decisión osas (alms, transparentes obseado em partida necessión para podos os emvilores) por posiçãos.
28	26/03/2025 16:45:19	6143000,3007-53	Lei Complementar nº 707/2021	Artigos referentes a fiscalização	Totas as obtas devem passar par um estudo de visibilidade por parte dos órejos municipais e a fiscalitação deve ser constante, em todas as etapas do dora em todas ao sobras (das do por anotagem). Obas imperior devem ser demodidas e os responsáveis devem arcar com todo o finas de restituir o local aos sere estados astertor.	Sou moradora de Compacche e construções studentes enhapirom a rede de demogram da minha nua, causando alagamentos. Por questifes de saúde seguirante lobod celeva seguirante pados de construçõe a desilhação deve ser frequente para que o lucro de alguns não venha em detrimento da qualidade de veta de vetido.	ACETO COM RESSALVAS	Realização de estudo de visibilidade por parte dos cipidos municipias para todas as obra- cipios municipias para todas as obra- - Fiscalização constante em todas as etapas e em todas as obras, não apenas por amostriagam Demolção de obras impulsar es responsabilização obra- para, com restituição do fical so estado original.	A proposal, parte de una precupação legitima com os impractos requisiros decorretes de controlleção imregulares, especialmente em direce se estevirá da cidade. Construito, no modelo de licenciamento decisarário, a responsabilidade pela conformádes do projeto com a legislação organismo em professionas legislamente habilitados — pela conformádes do projeto com a legislação organismo em professionas legislamente habilitados — desenvente de professionas legislamente habilitados — desenvente de professionas d	O sistema de licenciamento declaratório se apoia na responsabilidade dos profissionais habilitados, que assumem o compromisso de atender integralmente à exigências legalis e técnicas no projeto e na execução da obra. Essa lógica é cometivade com a atuación des Conselhos de (Esses (CREA/CALI))
29	26/03/2025 16:55:27	051.XXXXXXX30	Código de Obras e Edificações (LC nº 69/2000)	art. 258-A	Exclusão do artigo proposto, considerando que a redação tome o demostadamente permissãos, sob discrictionariedade do administração.	A administração municipal dese regulamentar e tornar públicas por meio de decente, portanis, resolução, instrução normativa, termo de referencia, de modos a garantar is anomeia e transparência nos critérios de análise e aprovação dos projetos e retervenções sujetos às disposições do Código de Obras e Edificações.	ACETO	- Sugestão de revogação do Art. 258-A do Código de Obras (U.C.060/2009).	de citas executadas sem ou em desicordo com Liencia-mento. - A comissão conocido com a sugestão speserada e o tem foi de- regulamentação complementa clas para perenche lacunas normativas pode quer insegurança unidad. Para garantir a devida segurança oa osidimitados e entidar interpretações executamentar amplas, e necessário que o sputos sejam executamentar amplas, e necessário que o sputos sejam administrativas seja semple fundada em normas complementares devidamente estabelecidas.	O Art. 256.4, transicio polos la Complementar (* 728.707.0). propio que la sultancia de comars complementare não impede o exercicio de comars complementare não impede o exercicio de defentes do administrado, permitindo ao Municipio edicidir confirmar a serga acistentes. No estrante, essa redeção pode abre precedentes imprecisos e riscos para decisões pode abre precedentes imprecisos e riscos para decisões administrativas are uma base formante notavas. A regulamentação adequada, por meio de decretos, portarias ou outras normas complementares, e imprecionide para gasanter parametero normalizos bem definidos, assegurando a segurança parámetero normalizos bem definidos, assegurando a segurança puridad necessária para todos os envividos no processo,

				CONTRIBUIÇÕES L	DA CONSULTA PUBLICA		AVALIAÇÃO D			
Numeração	Carimbo de data/hora	CPF (ex: 000.000.000-00)	Selecione a legislação à qual su contribuição se refere.	a Indique o(s) artigo(s) da legislação para o quais deseja sugerir alteração ou	is Qual sua sugestão para uma nova redação ou contribuição ?	Apresente a justificativa da proposta, se considerar pertinente.	PARECER COMISSÃO	PEDIDO RESUMIDO DA CONTRIBUIÇÃO POPULAR		
30	26/03/2025 17:43:25	091.XXXXXXX-02	Código de Otras e Edificações (LC nº 60/2000)	quasi desigle cugar sidencia o o contribução (az. Art. de e Art. 35) Art. 32	O termo "elemento estrutural relevante" no parligrafo único do Art. 22 é subjetivo e pode gerar diferentes interpretações, impactando a aplicação da norma e a segurança jurídica dos processos de licenclamento.		ACEITO)	- Sugestão de revisão do termo "elemento estrutural relevante" no paráginal cinico do Ant 32 do Codigo de subjetivo por a companio de comp		
31	26/03/2025 17:45:14	091.XXX.XXX-02	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	Art. 40.	Transferir o parágrafo único para o capítulo referente à emissão do Mabille, unde seu contecto se alente methor com os critérios para a contecto de definicipa.		(ACEITO)	Sugestão de transferir o parágrafo único do Art. 40 do Código de Obras (IL 707/7221) para o capitulo reterente à emissão de Habite-as cudo esu controlado as a linha melhor com os critérios para a conclusão da edificação.		
32	26/03/2025 17:47:05	091.XXXXXXX-02	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2001)	Art. 73	Ajuster a reduccio para reforçar que a integração deve ser observada sempre que positivit, mas ráo ha dirigatoriedade de excelha de acodo com o presenta de la composição de excelha de acodo com o presenta de composição de excelha de composição de excelha de dos executor da obra.		ACEITO	Sugestio de revisão da Ant. 73 do Codigo de Obras, com o objetivo de justim a reducição para reforar que a sintegação plastica de la uma edificação com o computo en integação plastica de uma edificação com o computo que possive, mas em embigar a escolar escordismo o propertir de exercica de computação de conforme o propertir se executor da chea propertir a executor da chea propertir se execut		
33	26/03/2025 17:48:55	091.300XXXXX-02	Código de Obras e Edificações (LC er 60/2003)	Art. 74	Vincular a exigência ao não atendimento das normas técnicas especificadas, garantindo objetividade o previabilidade na aplicação da previabilidade na aplicação da claros. Isso pode gerar insegurança jurídica e decisões arbitrárias.		ACEITO	Supersión de revisión do an 71 de Ocióngo de Obras, com o objetivio de siguitar entrelipio pera forçar que la integração plástica de uma edificação como conjunto das edificações visitanda deve ser destreada sampre que posalvis, mas sem adrigar estacida conforme o projetivista, mas sem adrigar estacida conforme o projetista e executor da obra. Da a submominis do projetista e executor da obra.		
34	26/03/2025 17:53:27	091.XXXXXX-02	Código de Obras e Edificações (LC e ⁴ 60/2000)	Seção I Disposições Genais	Determinar um prazo máximo de 20 das para análise e aprovação dos projetos arquietónicos, visando dar maior previsibilidade e celeridade aos processos.		NÃO ACETO	- Sugestão de determinar um prazo máximo de 20 dista para a maítice esprezido dos pretos realizetáricos, visando dar misor previsibilidade e coleridade aos processos.		
35	26/03/2025 17:54:18	091.XXX.XXX-02	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	Seção I Disposições Gerais	Criar uma seção específica para regulamentar o retrofit de edificações, diferenciando-o das reformas convencionais e estabelecendo requisitos de segurança e modernização obrigatórios		NÃO ACEITO	- Sugestão de criar uma seção específica para regulamentar o refor de edificações, felereculado o das reformas convencionais e estabelecendo das reformas convencionais e estabelecendo respectos de segurança e modernização obrigatários.		
36	26/03/202517:56:15	091.XXXXXXXX	Código de Obras e Edificações (LC:nº 60/2009)	Seção i Disposições Gerala	Estinarra um fluo ciero para a aprovação simultánea, abordando os sequintes ero richto: Definir critérios para a incerção incollitais do futuro lot e cua validação priva: validação priva: validação priva: a validação priva: ocortarios, considerando tasse do cupação, indice de aprovelamento contração. contração: contração de contrações de contração de c		NÃO ACEITO	- Definir critérios para a inscrição imobiliária do futuro lote es sua validação prévia. - Estabelecer directrizes objetivos, para a natilea de perspectivo construiros, considerande tasas de cospação, indico de aprovestamento e outorga. - Harmonizar or regisirios esiglidos pela forma para LAP E. A.M. garantindo que tudos os órgicos envividos para porta de la compação de la compación de la compação de la compación de la compac		

CONTRIBUIÇÕES DA CONSULTA PÚBLICA

IPE TÉCNICA	
CONSIDERAÇÕES	FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA
o concorda com a sugestão apresentada e o artigo através do Art. 28 § 4º da minuta. De fato, o termo trutural relevante e impreciso e subjetivo, o que diferentes interpretações, comprometendo a ridica e a aplicação uniforme da norma nos	A utilização de termos subjetivos nas normas pode prejudicar a clareza das definições, criando lacunas interpretativas e insegurança jurídica. Por isso, a comissão reescreveu a redação do Art. 32, conforme o § 4º do Art. 28, da seguinte forma:
e licenciamento. A revisão do termo é necessária maior clareza e precisão na legislação, ado maior segurança jurídica tanto para os as quanto para os órgãos públicos responsáveis.	"Para os fins desta lei, considera-se iniciada a construção quando a fundação estiver compatível, a nivel de baldrame, com o projeto aprovado e devidamente atestad por responsável técnico ou pelo órgão de fiscalização."
	Essa reescrita visa proporcionar maior objetividade e clareza, evitando interpretações divergentes e assegurando que a norma seja aplicada de forma uniforme, com base em parámetros técnicos mais claros.
o verificou que, de fato, houve um equivoco na iginficou quanto à localização do parágrafo único do inteúdo desse dispositivo está mais alinhado com os a conclusão da edificação, razão pela qual foi safer-lo para a seção que trata da emissão do	A reorganização da norma visa garantir maior clareza e coerência na legislação, alinhando os dispositivos que tratam da conclusão da obra e a emissão do Hábete-se dentro de um mesmo contexto normativo. Essa mudicana facilita a aplicação prática da legislação e assegura que os critérios para a liberação do Habite-se estejam claramente relacionados aos procedimentos de finalização da obra, como forma de garantir maior efficicia e
nova legislação contemplou essa alteração, com os	objetividade no processo de licenciamento e fiscalização.

Obras (ICO 60/2000) da minuta proposta. O conteúdo relacionado foi reestruturado e agora está incluído no TTULO VI NORMAS TÉCNICAS E REQUISITOS CONSTRUTIVOS, onde as diretrizes para os elementos arquitetóricos, estruturais e funcionais das edificações estão detalhadas de maneira mais abrangente.

Als nos reducios ficas clare que os estementos de efficación devem desde de folicitación devem desde de folicitación devem desde de folicitación de folicitación de efficación de regulamentações específicas aplicitación so usos es createristiciscas de construção, sem projudicar a autonomia do projedista. A Comissão considera que, so aplicar os critérios de oprojedista en la filendad en cacasión para atendra e as necessidades específicas de cada obra, sem comprometer os requisitos romandos.

-A Comissão reconhece que a sugestão e bem-intencionada e alinha-se ao principio da ocleridade administrativa, que visa otimizar e agilizar os processos. Contudo, a diversidade dos casos e a necessidade de articulação interestoria entre os diversos órgãos e áreas envolvidas tornam inadequada a imposição de um pazar fixo e rigido de 20 dias para a análise e aprovação dos projetos arquitetónicos.

A Comissão entundo que a sugestão, está sinistada com o principio da elicitoria e celenidade nos processos de principio da elicitoria e celenidade nos processos de licenciamento. No entanto, a Comissão considera que as especificidades realizados do Rende dos esprovação e posições requisitos técnicos devem ser tratadas na normativa especifica a su atronomia de cada órgão e a necessidade de adaptação às disámicas e mudanças ao longo do tempo, sem ficar restrita empressas per um a legislação, que não permite a fiscibilidad empressas per um a legislação, que não permite a fiscibilidad empressas per um a legislação, que não permite a fiscibilidad empressas per um a legislação, que não permite a fiscibilidad empressas per um a legislação, que não permite a fiscibilidad empressas per um a legislação, que não permite a fiscibilidad empressas per um a legislação, que não permite a fiscibilidad empressas per um a legislação, que não permite a fiscibilidad empressas per um a legislação que não permite a fiscibilidad empressas per um a legislação que não permite a fiscibilidad empressas per um a legislação que não permite a fiscibilidad empressas permitentos de la complexión de la comple

- Dessa forma, a minuta foi estruturada para abordar procedimentos calavos para o licenciamento regular, simplificado e deciaratório. Essas diretrizes foram contempladas nas Seções do Capitulo III de TITULO III NORMAS ADMINISTRATIVAS, que como na concenciamento definido as etapas como concentratorio definido as etapas

AVALIAÇÃO DA EQUI

A misma de sous legislação, contemplor esta alheração, com a forma de guaranti maior efficicale se arrigan e paragrafem fesicionados à cercisidas do che se aguar estudes on se Seção VIL Capitulo II. TILLO B = HORMAS AMISMITARINA DE entranta, continom e recessario, por entre completo de misma completo e contentido e paragra está inclusivo e TILLO U = HORMAS AMISMITARINA DE ENTRA ENTRE ENT

-Na nova redicija. fica claro que o elementos da edificações devem stende às Normas Tecinicas Brasilhera pertinentes, ben delicações devem stende às Normas Tecinicas Brasilhera pertinentes, ben considerador de la Normas Tecinicas Brasilhera pertinentes, ben estador de la Normas Tecinicas Brasilhera pertinentes, ben estador de la Normas Tecinicas Brasilhera pertinentes de projetistas. A Comissão considera que, ao aplicar os creteros de resignações, a trabulledado de projeto perenvadas, permittedo de respecta persenvada, perentendo cas desenvadas e appellicas de cadas obra, sem comprometer os recipiants commandos.

Avem osso, a redeminção dos árques garantes que os pronsas responsáveis pela obra mantenham sua autonomia para a escolha de materiais e soluções construtivas, desde que ater aos requisitos técnicos de segurança, funcionalidade e desempenho normatizados.

A revisão dos artinos 22 a 74 vies parantis major clasas a lo-

desempenh normatizados.

A revisão dos artigos 78 e 74 visa garantir maior clareza e
A revisão dos artigos 78 e 74 visa garantir maior clareza e
professional desempentarios de la constitución de
professional integronal visa pela execução do propteo. O contentido
que antes estava nos artigos 72 e 74 gazon é parte de um
conjusto mais amplo de exigências no TITLLÓ VI, que establectoción de la constitución de la constitución de
constitución de la regulamentario per
primosição excessiva de diretrizes sobre a integração estética de
edificações.

A nova redação reforça que a integração das edificações vizinha deve ser observada sempre que possivel, sem tornar essa exigência uma imposição obrigatória, preservando a liberdade di projetista e a visibilidade do projeto dentro dos parâmetros técnicos exigólos.

Alem disso, a redefinirição dos artigos garante que os profission responsáveis pela bora mantenham sua sutonomia para a escolha de materiais e soluções construtivas, desde que atend aos requisitos técnicos de segurança, funcionalidade e desempenho normatizados. Embora o prazo fixo de 20 dias para a análise e aprovação dos Embora o prazo fixo de 20 dias para a análise e aprovação dos

Embora o prazo fixo de 20 días para a análise e aprivvação dos projetos possa parocer uma solução prática para dar previsibilidade e celeirádade aos processos, a Comissão entende que a variabilidade e celeirádade texica dos projetos de construção exige maior flexibilidade. Cada projeto pode apresentar complexidade destinata sou demandant tempo específico para a sua násise, como questões relacionadas à compatibilidade técnica, impacto ambientais, infraestrutura urbana, entre outros.

Portanto, a minuta mantiem a orientação pola celeridade, mas sem a imposição de prazos rigidos. A eficiência administrativa será agrantida por mesio de mecanismos de controle interno externo, que bascem asseguirar que so processos sejan destança de participado de la composição de processirá, respeitando a diversidade dos casos. Astim n. Osci extá em grantir a qualidade e a fecicia na análise dos projeto en vez de um prazo fixo que possa não ser viável em todos os contextos.

A Les Complementar nº 763/2024 js aborda de maneira det e especifica or requisitos técnicos, de segurança el det especifica de requisitos técnicos, de segurança el des modernização necessários para o retrofit de edificações, incluindo a distingido clarar enter enforte reformas convencionais. Essa legislação foi elaborada com base em studos técnicos e na esperiência acumuladas sobre as autualos de sobre as estados tecnicos en a esperiência acumuladas sobre as abordagem nobusta e compatível com as exigências de segurança e sustentabilidade.

Dessa forma, a comissão entende que a criação de uma noseção para regulamentar o retrofit não é necessária, uma ve a legislação vigente já contempla adequadamente os requis para essa prática, garantindo a segurança e a qualidade das intervenções nas edificações.

interveryose nas ediscapoes. A Comissão enterde que a autonomía dos órgãos de licenciamento dene ser respeltada, especiálmente considerando a licenciamento dene ser respeltada, especiálmente considerando a mecessidade de adequação a mudaços atenológicas, ambientais e urbanisticas. Por essa razão, as normativas específicas de cade rigida de locenciamento ado fundamentais para garantir que o creguistios sejoim atendidos de maneira eficar para garantir que o creguistios sejoim atendidos de maneira eficar de consigia acomprehe a revolução do setos legisfajativos que o ficiente, agié adaptivos envolução do seto en consigia acompreher a revolução do seto en consigia acompreher a revolução do seto.

A minuta, por sua vez, estabelece diretrizes gerais para o processo de aprovação do projeto arquitetênico e emissão de alvaria. A forma destinada de apresentação, os critérios de análise e outros aspectos técnicos serão definidos pola normativa do orgão competente de licenciamento. Isos oguarde que cadá rigão conforme suas competências e responsabilidades, sempre com conforme suas competências e responsabilidades, sempre com con a eficiência e conformidade com a legislação vigente.

Portanto, a Comissão optou por não detalhar excessivamente o processos e exigências no corpo da legislação, para que os órgãos competentes possam atuar com maior agilidade e dinamismo, adequando-se às necessidades e realidades de cad projeto sem as limitações de uma legislação fixa e engessada.

				CONTRIBUIÇÕES D	DA CONSULTA PÚBLICA			AVALIAÇÃO	DA EQUIPE TÉCNICA	
Numeração	Carimbo de data/hora		Selecione a legislação à qual sua contribuição se refere.	ndique o(s) artigo(s) da legislação para o quais deseja sugerir alteração ou contribuição (ex : Art. 46 e Art. 55)	os Qual sua sugestão para uma nova redação ou contribuição ?	Apresente a justificativa da proposta, se considerar pertinente.		PEDIDO RESUMIDO DA CONTRIBUIÇÃO POPULAR	CONSIDERAÇÕES	
				Communication (Chi. Mit. 40 C. Mit. 50)				- Sugestão de regulamentação das Áreas de Uso Especial (AUE) através de decretos.	- A Comissão entende que a sugestão apresentada trata de questões relacionadas ao ordenamento territorial e ao questões relacionadas ao ordenamento territorial e ao Diretor de Polarianopolia; en das o a Codigo de Obras. O Código Obras tern como foco a regulamentação das normas construtivas, en foso a diretirze de uso e ocupação do solo, estão abrangidas pelas políticas urbanisticas do Plano Direte	de re di que re or. co
37	26/03/2025 17:57:07	091.XXX.XXX-02	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	Seção I Disposições Gerais	Regulamentação das Áreas de Uso Especial (AuEs) (DECRETOS)		NÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS PARA PROVIDÊNCIAS		- Considerando que a questão levantada não integra a revisi- código de Obras, a Comissão recomenda que o Conselho Executivo encaminha a manifestação ao Gabinete do Prefei Secretarias competente para amilies e consideração do ter âmbito das políticas de planejamento urbano. A regulamente dos Areas de tros Especial (AUE) 2, portanto, um tema que caracidad destros do contexto do Plano Diretor e não no Có de Obras.	to ou na no ação deve digo
									 O participante não indicou artigos específicos da legislado de lor que torna a contribuição valida, mas sem conteúd passivida en las estados de lor que torna a contribuição valida, mas sem conteúd passivida mais se desta para revisão do Codigo de Obras. No entante contribuição foi registrada, e o interessado pode consultar as regulamentarios, de ofinamente para entante de la regulamentario, incluindo as relacionas se regulamentarios, de OPARD Entero, incluindo as relacionas de la respecta de la respectación de la	as, o de , a odas das
38	26/03/2025 17:58:15	091.XXXXXXXXX	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	Seção I Disposições Gerais	Embora não seja o foco desta discussão no momento, superimos que seja avalada a revisão das lerá de parcelamente do solo, mudando a modernizaçõe a a adequação da demandas traiasi.		NÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS: PARA PROVIDÊNCIAS	-Sugestão de avaliação da revisão das leis de parcelamento do solo, visando à modernização e adequação às demandas atuais.	- A Comissão reconhece a releváncia da supestão apresente que envolve a revisão das leis de pacedamento do alou, um importante para o planejamento e o ordenamento teritorial, cidade. No entanto, considerando que a revisão das leis de parcelamento do solo não se encontra dentro do excopo da evisão do Coligo de Obras, a Comissão entende que este te perfence à esfera das políticas de planejamento urbano e ordenamento territorial.	tema ad da m
			(2511 50) 2500)		modemização e a adequação às demandas atuais.			adequação às demandas atuais.	- Portanto, a Comissão recomenda que o Conselho Executiv encaminhe a manifestação ao Gabinete do Prefetio ou à Secretaria competente para que o tema seja analisado e considerado no âmbito das políticas de planejamento urban ordenamento territorial, onde as elise de parcelamento do so são tratadas de forma integrada com o desenvolvimento url e as necessidades da cidade.	di co o e or
39	26/03/2025 17:59:34	091.XXX.XXX-02	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	Seção I Disposições Gerais	Otimização do Licenciamento Ambiental	climização do processo de licenciamento ambiental pela própria secretaria, uma vez que as prioridades da FLORAM nem sempre estão homologadas com as da SMH-VIE. Essa medida garantir maior el circinic in estrantegica, reduzindo significacibinmente os pracos. Alashirento, o licenciamento de la composição de la composição de la composição de la composição de direas com mocessidade de supressão vegati e restrições hidras a co-	NÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS IPARA PROVIDÊNCIAS	- Supertido de climitação do processo de licenciamento ambiental pela própria secretaria, uma vez que as prioridades da PLORAM rem sempre estão homologadas com as dia SAPHOU. A medida superida visa gueranti medi recliento na runartação, reduzindo significativamente os prazos do licenciamento ambiental, deposidamente em transporto, actual medidades de supressão vegetal e em seran por mocessidade de supressão vegetal e restrições hidramente em transporto.	- A Comissão reconhece a relevância da supestão apresenta especialmente no que diz respetos à aglidade e eficiência na processo de licenciamento ambiental. No entranto, considera que o terna abordado não integra a revisão do Código de Obdo de Obdo de Companio de Comp	ndo m ras, a di bito er e di
						astas com accessidade de supressio vegetal e restrições hidrata co maior previolibilidade agilitade, sem comprometer a análise técnica e os critérios ambientais necessários.			- Portanto, a Comissão recomenda que o Conselho Executive encaminhe a manifestação ao Gabinete do Prefeito ou à Secretaria competente para que o terna seja analisado de fe mais ampla, visando à otimização do fluxo de licenciamente ambiental, sem compremeter a análise técnica o os critério ambientals necessários, mas buscando a redução dos praz maior previsibilidade no processo.	porma va o an o an osea pr
						A ausência de diretrizes específicas para a regulamentação das Áreas de Uso Especial (AuEs) gera insegurança jurídica e dificuldades na aprovação de projetos.		 Definição de critérios para o cálculo do EIV. Definição de critérios claros para identificação e classificação das Áreas de Uso Especial. 	- Tanto as Áreas de Uso Especial (AUEs) quanto o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) são matérias que não fazem pa do Código de Obras. - O EIV e as AUEs são questões reguladas pelo Plano Diretor pelas políticas de planejamento urbano, não sendo responsabilidade do Código de Obras, que trata especificam	rte E: pl pr e e:
40	26/03/2025 18:00:49	091.300X.300X-02	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	Seção I Disposições Gerais	Definição de Critérios para Cálculo do EIV (DECRETO)	Sugestico: Definir um marco regulatório para as AuEs, contemplando: Chiérios ciano para identificação e classificação das Areas de Uso Especial. Regular para aprovação de projetor, nessas áreas, considerado Periocellimentos para a regularização das AuEs já existentes, parantindo previsibilidade es equiranção a pescosa singularea e acos órgános	NÃO SE APLICA A REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS PARA PROVIDÊNCIAS		responsabilidade do Código de Obras, que trata especificam das normas e regulamentações relacionadas à construção e edificação. - Portanto, dado que a questão levantada não integra a revis do Código de Obras, a Comissão recomenda que o Comaco Executivo encamihe a manifestação ao Gabinete do Prefei	rà un
						previsibilidade e segurança às pessoas singulares e aos órgãos licenciadores.			Executivo encaminhe a manifestação ao Gabinete do Prefei à Secretaria competente para análise e consideração do ter ámbito das políticas de planejamento urbano, especialmento contexto do Plano Diretor, que aborda o ordenamento do so regulamentação de áreas de uso especial, além de tratar de questões relacionadas ao EIV.	na no pl
									- Em relação ao art. 33, a minuta estabelece que os procedimentos específicos para a solicitação de alvará — inclusive os casos de alvará parcial — deverão seguir diretriz definidas pelo órgão competente de licencismento. O objetin permitir maior flexibilidade e adequação às estruturas administrativas e fluxos internos vigentes, evitando engessa administrativas e fluxos internos vigentes, evitando engessa	oé di er
41	26/03/2025 20:26:58	040.XXXXXXX-10	Código de Obras e Edificações (LC nº 60/2000)	Artigo 33, artigo 43 e artigo 73	Antigo 33. Descriver como proceder para oficitação de alvará parcial em contemples com mais de um bloco. Antigo 43, definir en la um parao estabelecido para a execução das demais edificações e solicitação do habite-se total Antigo 73, esclarecer regras do que se trata composição plastica.	Esclarecer o processo de aprovações específico competente ao atrigo 33 Estabelicer os critérios para planejamento do processo de execução das obras em fase. É vaga a definição de composição plástica.	ACEITO COM RESSALVAS)	- Eschrecimento sobre o procedimento para solicitação de alvania para elim construções com mais de um bloco (er. 33 do Código de Obras). - Definição de prazo para execução das demais edificações e solicitação do habite-se total (ert. 43 do Código de Obras). - Eschrecimento sobre o conceito de "composição plástico" (ert. 73 do Código de Obras).	norma com diretíres operacionais. - Quanto ao art. 43, a minuta trata do tema em dois dispositi distintos: o art. 28 estabelece as condições de validade do a prevendo sua renovação desde que o projeto aprovado andra esta	Ivará, ap a m es ac ert. 67 fu ser re a co
									- Sobre o art. 73, a definição de "composição plástica" foi ret da minuta, visto que se trata de conceito subjetivo e de difíci mensuração objetiva para fins de análise e aprovação de projetos.	l Pi ju té ur
								 Revogação dos incisos II, III e IV do art. 6º da LC nº 707/2021, sob a justificativa de que os tipos de edificações ali previstos geram aumento significativo no fluxo de veículos, o que agrava o trânsito urbano. Sugestão de exigência de estudos de impacto e 	 - A sugestão de revogação dos incisos II, III e IV do art. 6º da Complementar nº 707/2021 não foi acatada, tendo em vista a exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) já est prevista no Plano Diretor, considerando o porte e o uso das edificações. 	Lei A que 70 es er pr
								 Sugestão de exigência de estudos de impacto e ampliação viária quando houver previsão de aumento no fluxo de tráfego. 	 - A adoção do sistema declaratório não dispensa a apresent e aprovação do EIV quando este for legalmente exigido. 	ıção O
42	26/03/2025 22:21:02	344.XXXXXXX87	Lei Complementar nº 707/2021	Art. 6.	Renogar os incisso II, III el IV. Esses tipos de edificações garam grande fluxo de veloulos. O tránsito na cidade já está impossivel. Dere haver entudo de impacto e ampliação de visa quando houver aumento no fluxo de veículos.	A cidade já se tomou um caso pelo crescimento desordenado. Residências unifemiliares causam pouco empeto e fice justificado um trámite simples. Mas edificios causam grande impacto.	(NÃO ACEITO)		- Ademais, a minuta do novo Código de Obras previs, em a 73, §1º, que cebes ao Poder Executivo regulamentar se a requisitos, procedimentos e os tipos de uso e portes que pos er licenciados polo sisteme declarátion. Tal dispositivo per ajustes conforme a evolução da aplicação da norma, a conforme a evolução da aplicação da norma, a conforme de executivo de emercado e os impactos urbanos verificados.	er derão ap

O Plano Diretor de Florianópolis é o instrumento legal que tro ordenamento urbano e das diretrizes de uso do solo, incluin Areas de Uso Especial (AUE), e é nele que as questibes relacionadas à regulamentação dessas áreas devem ser discustidas e definidas. A Comissão considera que a regulamentação das AuEs deve ser realizada dentro das competências do Plano Dietero, que al estabelece o planigar urbano de forma integrada com as necessidades e características de disdas.

Portanto, a Comissão entende que a sugestão sobre a revisão das leis de parcelamento do solo deve ser encaminhada ao órgão competente para análise no âmbito do planejamento urbano e ordenamento territorial, garantindo que o processo de modernização e adequação seja tratado de forma adequada, con a participação das partes interesadas e com os devidos estudos. was unannessayou so tratinete do Préfetto du a aria competente para que o tema seja analisado e trado no âmbito das políticas de planejamento urbano e mento territorial, onde as leis de parcelamento do solo tadas de forma integrada com o desenvolvimento urbano cessidades da cidade.

As leis de parcelamento do solo estão diretamente relacionadas so planejamento urbano e à organização do uso do solo no manicipio, hemas que são regisfos pelo Planto Sterior do manicipio, hemas que são regisfos pelo Planto Sterior do territorial. A revisão dessas leis deve ser realizado detrer do territorial. A revisão dessas leis deve ser realizado detrer do contesto do planejamento urbano, considerando a evolução das necessidades do cidade, as novas demandas de infraestrutura e os aspectos autentidas e docidad.

ecunios.

O licenciamento ambiental é regido por normativas e critérios específicos que fazem parte das políticas ambientais do município. A otimização desses processos envolve uma análise detalhada das práticas de licenciamento, incluindo a interação entre órgãos como a FLORAM e a SMPHDU, para garantir que as emte orgados como a FLUKANE e 3 SAM-HJU, para engastriur que as demandas de cada área sejam tratadas de maneira eficiente, ser comprometer a proteção ambiental. A reformulação fol fluxo de licenciamento deve ser feita destro do contexto das políticas ambientais do municipilo, garantino que todos os critérios técnicos e ambientais sejam devidamente respeitados.

técnica.

De Estudio de Impacto de Vizinhança (EIV) e as Áreas de Uso Especial (MaEs) estão insensión no contento das políticas de planiegamento turban e ordinamento inentinada; sendo regislados labrandas de companies de compa

Dessa rorma, a Comissaso enteños que tanto o verima das Areato Uso Especial quanto o Estudo de Impacto de Vizinhança devem ser tratados no âmbito do Plano Diretor e encaminhados aos órgãos competentes para análise dentro das políticas de planejamento urbano e ordenamento territorial.

Quanto so prizzo para esecução das etapas da obra e obrerção de como e obrerção de como e obrerção de consecuente de consecuen

Além disso, o art. 37 da minuta do novo Código de Obras, em se Alem aisso, o art. 2 da filiutus ou novo coago o cuos, em se §1º, assegura que os criférios e os portes autorizados no sistem declaratório serão regulamentados pelo Poder Escapiona previsão normativa oferece maior flexibilidade e permite no previsão normativa oferece maior flexibilidade e permite técnicos e admisistrativos conforme a realidade urbana e a maturidade e admisistrativos conforme a realidade urbana e a maturidade sobre técnico envolvido no licenciamento.

dos impactos urbanos, os quais permanecem obrigatoriamente analisados pelos instrumentos próprios de planejamento urbano.

DATA DA AVAI IAÇÃO: 14/03/2025

Eng.ª Julia Silveira Paegle

Página: 200

CONTRIBUIÇÕES DA CONSULTA PÚBLICA

Numeroção

Tentre de destinor

Tentre de de Municipal de Menicipal de Menicipal de Municipal de Menicipal de Menicipa



Assinaturas do documento "ANEXO I - AVALIAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO POPULAR"



Código para verificação: HINK2FDI

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

LUIS FELIPE BRAGA KRONBAUER (CPF: ***.878.149-**) em 22/04/2025 às 10:46:43 (GMT-03:00) Emitido por: "SolarBPM", emitido em 24/01/2025 - 15:40:40 e válido até 24/01/2028 - 15:40:40. (Assinatura do Sistema)

LETICIA BARAUSE SCHMITZ (CPF: ***.416.309-**) em 16/04/2025 às 15:00:35 (GMT-03:00) Emitido por: "SolarBPM", emitido em 17/06/2024 - 16:35:10 e válido até 17/06/2124 - 16:35:10. (Assinatura do Sistema)

ALINE FABIANA MATTANA (CPF: ***.767.089-**) em 16/04/2025 às 14:53:08 (GMT-03:00) Emitido por: "SolarBPM", emitido em 20/02/2024 - 10:33:49 e válido até 20/02/2124 - 10:33:49. (Assinatura do Sistema)

LUCAS RUBINI (CPF: ***.947.759-**) em 16/04/2025 às 13:38:39 (GMT-03:00) Emitido por: "SolarBPM", emitido em 11/01/2024 - 16:33:23 e válido até 11/01/2124 - 16:33:23. (Assinatura do Sistema)

LUIZA DULCETTI DOMINGOS (CPF: ***.192.776-**) em 16/04/2025 às 13:34:59 (GMT-03:00) Emitido por: "SolarBPM", emitido em 03/01/2024 - 17:49:00 e válido até 03/01/2124 - 17:49:00. (Assinatura do Sistema)

LAIRA CRISTINA RIBAS (CPF: ***.250.689-**) em 16/04/2025 às 13:18:27 (GMT-03:00) Emitido por: "SolarBPM", emitido em 08/02/2024 - 16:57:36 e válido até 08/02/2124 - 16:57:36. (Assinatura do Sistema)

JULIA SILVEIRA PAEGLE (CPF: ***.409.799-**) em 16/04/2025 às 13:10:01 (GMT-03:00) Emitido por: "AC SAFEWEB RFB v5", emitido em 18/11/2024 - 16:46:31 e válido até 18/11/2026 - 16:46:31. (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

https://servicos.floripa.sc.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo PMF I 00043233/2025 e o código HINK2FDI ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.